



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0001311-70.2011.2.00.0000**Requerente:** José Jácomo Gimenes**Requerido:** Conselho Nacional da Justiça

RECURSO ADMINISTRATIVO EM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. Solicitação de alteração dos §§ 2º e 3º do inciso XV do art. 5º da Resolução 115 do CNJ, que trata da Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário.

1. Pedido de alteração da Resolução CNJ n. 115, em razão da 'futura' declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, dos arts. 22 e 23 da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB). Impossibilidade.

2. A referida Resolução foi editada após intenso trabalho de um grupo qualificado de juízes representantes de vários segmentos da Justiça, além da representação da AGU, o que confere legitimidade à construção da sistemática escolhida pela Resolução.

3. A alteração dos dispositivos impugnados pelo requerente ensejaria a criação de um novo grupo de trabalho, em razão da complexidade das questões trazidas, o que não se torna apropriado, tendo em vista a recente publicação da Resolução.

Recurso Administrativo que se conhece, e a que se nega provimento.

1. Relatório

JOSÉ JÁCOMO GIMENES, Juiz Federal, vem aos autos interpor **Recurso Administrativo em face da decisão monocrática que proferi nos autos, pelos motivos a seguir aduzidos.**

Alega que a decisão não possui qualquer ponderação sobre o mérito, e determinou arquivamento liminar do requerimento, justificando que o processo de elaboração da **Resolução nº**

115/2010 do CNJ foi extenuante, resultado de consenso possível e que não deve ser alterado por iniciativas individuais.

Discorda da justificativa, pelos seguintes motivos:

1. A parte do relatório da Resolução 115, citado como fundamento na decisão monocrática, não faz qualquer menção de debate aos pontos impugnados e argumentos lançados neste pedido de providência, a saber:

- o conflito entre o art. 20 do CPC e artigos 22 e 23 do Estatuto da OAB;
- o prejuízo institucional ao jurisdicionado, resultante da preferência da Resolução 115 aos artigos 22 e 23 do Estatuto da OAB;
- a 'certa' inconstitucionalidade dos artigos 22 e 23 do Estatuto da OAB, aplicável aos **advogados empregados**, evidenciada pela já declarada inconstitucionalidade do § 3º do art. 24 e parágrafo único do art. 21, também do Estatuto da OAB, sobre honorários de sucumbência, pelo STF;
- a 'certa' inconstitucionalidade dos artigos 22 e 23 do Estatuto da OAB, aplicáveis aos **advogados autônomos**, ainda não declarada pelo STF;
- a ofensa aos princípios do devido processo legal substancial e da justa reparação judicial;
- não se tratam de simples questões de texto ou redação, mas de posicionamento contrário a precedente e forte indicativo do STF;
- a impugnação não envolve toda a problemática normatizada na Resolução 115, mas apenas dois pontos certos e de fácil reexame;
- o fato da Resolução 115 ser razoavelmente nova, de 2010, não é justificativa para agasalhar posição que contraria todo sistema jurídico;
- a separação de honorários contratuais em favor do advogado constitui execução sem processo, sem oitiva mínima do titular do dinheiro, ofende aos mais importantes princípios do processo judicial, não podendo

ser tutelado pelo CNJ, entidade estatal que tem entre suas funções garantir o devido processo legal.

2. A legitimidade da consulta pública para a confecção da Resolução 115 não é absoluta.

3. Os jurisdicionados não foram ouvidos e representados propriamente nos debates da Resolução 115, mas somente os advogados.

4. A posição de Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, reconhecendo a inconstitucionalidade da transferência dos honorários de sucumbência ao advogado autônomo, constitui motivo relevante para o CNJ debater o ponto e rever sua normatização sobre o tema.

5. Segundo o art. 20 do CPC, os honorários de sucumbência pertencem à parte vencedora do processo, expressão do princípio que determina ao vencido indenizar razoavelmente o vencedor dos gastos a que deu causa. Defende, portanto, a inconstitucionalidade dos arts. 22 e 23 do Estatuto da Advocacia, Lei nº 8.906/94, na parte que transfere os honorários de sucumbência ao advogado, porque ferem o princípio da justa reparação (ou reparação integral), pois sendo os honorários de sucumbência do advogado (na forma do Estatuto da Advocacia), tudo o que a parte contratar a títulos de honorários contratuais (normalmente 10% a 20%) será diminuição no valor que tem direito de receber e pelo qual foi obrigado a postular em Juízo.

6. A aplicação dos arts. 22 e 23 do Estatuto da Advocacia, na parte que transfere os honorários de sucumbência ao advogado, exclui de plano a possibilidade da parte recompor razoavelmente o que gastou com seu advogado a título de honorários contratuais.

7. O fato dos honorários serem fixados segundo a complexidade da causa e trabalho do advogado, não é argumento válido para justificar a transferência da verba para o advogado. A regra (art. 20 do CPC) objetiva a fixação de ressarcimento justo, pelo juiz do caso, afastando o perigo de mero acatamento do valor acertado particularmente entre o vencedor e seu advogado.

8. Em nome da plena transparência processual e integral busca da Justiça, o advogado deveria juntar aos autos o contrato de honorários que mantém com seu cliente, por tratar-se de despesa, e pleitear, como honorários de sucumbência, o pleno ressarcimento dos honorários contratuais que seu cliente teve para movimentar o processo judicial.

9. **A Resolução n. 115, em seu inciso XIV, § 3º, do art. 5º,** atribui ao advogado a titularidade dos honorários de sucumbência, contrariando o processo legal substantivo previsto na Constituição Federal, desprezando o art. 20 do CPC e ofendendo o direito do jurisdicionado.

10. Por fim, entende que o disposto no **§ 2º, inciso XV do art. 5º da Resolução 115,** que trata da separação de honorários, permite a transferência do dinheiro do jurisdicionado a seu advogado, sem que seja minimamente ser ouvido.

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do recurso.

Em 15.09, o requerente peticiona novamente informando que:

- o Ministério Público Federal já começou a opinar, nos processos em que atua, **pela inconstitucionalidade dos arts. 22 e 23 do Estatuto da OAB, na parte em que transfere os honorários de sucumbência para o advogado, requerendo a juntada de 2 Pareceres para comprovar o alegado.**

Relatados, decido.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

O recurso é tempestivo e próprio, e portanto dele conheço.

2.2 MÉRITO

Identifico, no recurso do recorrente, 2 grupos de argumentos:

- Os argumentos já trazidos na inicial e decididos na decisão monocrática final:
 - o A suposta inconstitucionalidade dos arts. 22 e 23 da Lei 8.906/94, ainda não declarada pelo STF;
 - o O conflito dos dispositivos acima referenciados com a sistemática do art. 20 do CPC;

Relativamente a tais argumentos, como não há inovação pelo requerente, reitero os termos da decisão monocrática final que proferi nos autos. Efetivamente, o **STF não declarou inconstitucionais os dispositivos ora impugnados da lei 8.906/94**, pretendendo o requerente que o CNJ o faça agora.

• **Os argumentos novos, a saber:**

- o A não oitiva dos jurisdicionados na consulta pública;
- o O fato da Resolução n. 115 haver sido recentemente aprovada não constitui motivo para permanecer inalterada.

Em relação a tais argumentos, refuto-os por entender que o grupo de trabalho estruturado à época representava suficientemente os diversos interesses existentes na discussão. Como informei na decisão monocrática ora recorrida:

O Grupo foi constituído por juiz auxiliar da presidência do CNJ (Dr. **Rubens Curado Silveira**), juiz federal (Dr. **Miguel Angelo de Alvarenga Lopes**), juiz de direito (Des. **Venício Salles**) e juiz do trabalho (Dr. **Rogério Neiva Pinheiro**), sob a coordenação da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ (integrada pelos Cons. **José Adônis** e **Jefferson Kravchychy**) e sob minha presidência (Ministro **Ives Gandra**).

Após mais de **4 meses de estudos**, com a participação ampla de Tribunais (em especial os Drs. **Lizandro Garcia**, do TJDF, e **Silvia Mariozi**, do 10º TRT), advogados representando os credores (destaque para os Drs. **Flávio Brando** e **Eduardo Gouveia**) e procuradores representando as entidades devedoras (especialmente o Min. **Luis Inácio de Lucena Adams**, da AGU, e Dr. **Marcos Nusdeo**, Procurador Geral do Estado de São Paulo),

Entendo que a pretensão do requerente, para legitimar-ensejaria a criação de um novo grupo de trabalho para a revisão da resolução que ora se impugna, em razão da complexidade das questões que discute, o que não parece adequado nas circunstâncias atuais.

Pelo exposto, e por entender que a Resolução CNJ n. 115 possui uma sistemática com coerência própria, sou pelo **conhecimento do recurso**, mas pela negativa de seu provimento.

Intime-se.

Brasília, 27 de setembro de 2011.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1204196**



11092913514400000000001203488